



A determinação social da consciência: classe, raça e gênero na formação social brasileira

The Social Determination of Consciousness: Class, Race, and Gender in Brazilian Social Formation.

Jéssica Ribeiro Duboc*

 <https://orcid.org/0000-0003-2390-4902>

Anderson Martins Silva**

 <https://orcid.org/0000-0001-8008-7211>

RESUMO

Este artigo investiga a contradição expressa na adesão de setores da classe trabalhadora a projetos políticos que se opõem à sua própria condição de classe, raça e gênero. A análise parte da formulação de Marx e Engels sobre a determinação social da consciência, destacando como as representações ideológicas estão entrelaçadas com a realidade material. Em seguida, com base em formulações teóricas do pensamento social brasileiro, examinamos os processos históricos da formação do capitalismo no País, evidenciando que a consciência social hegemônica pode ser compreendida à luz das características autocráticas, racistas e sexistas forjadas pelo pacto conservador que sustenta as bases econômicas, sociais e políticas da formação social brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Marxismo; Classes Sociais; Raça; Gênero.

ABSTRACT

This article investigates the contradiction expressed in the adherence of sectors of the working class to political projects that oppose their own conditions of class, race, and gender. The analysis starts with the formulation of Marx and Engels on the social determination of consciousness, highlighting how ideological representations are intertwined with material reality. Then, based on theoretical formulations from Brazilian social thought, we examine the historical processes of capitalism's formation in the country, emphasizing

*Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Docente Substituta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil) e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: jessicadubocss@gmail.com

**Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). E-mail: anderson.martins.silva@hotmail.com.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p207-221



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

that the hegemonic social consciousness can be understood considering the autocratic, racist and sexist characteristics forged by the conservative pact that sustains the economic, social, and political foundations of Brazilian social formation

KEYWORDS

Marxism; Social Classes; Race; Gender.

Introdução

É recorrente no cotidiano popular, político e acadêmico o questionamento quanto à contradição explícita na figura do “pobre de direita”, impulsionando pesquisas e reflexões teóricas sobre o fenômeno (Souza, 2024). O que explica a adesão de setores da classe trabalhadora aos projetos políticos antagônicos que contradizem a sua natureza de classe, raça e gênero? Não queremos esgotar a problemática, porém, procuramos estabelecer uma primeira aproximação com os pressupostos teóricos que nos auxiliam na compreensão da interação complexa e dialética entre o mundo objetivo e a consciência social correspondente.

No primeiro momento, objetivamos resgatar a determinação social do pensamento a partir da formulação de Marx e Engels. Para nossos autores, as representações estão “entrelaçadas” com a realidade material na qual os sujeitos constroem suas relações sociais. Na sociedade do fetiche, onde a forma alienante esconde o conteúdo da exploração e opressão de classe, a consciência social predominante em cada época histórica, é a correspondência subjetiva das ideias, interesses, sonhos e desejos da classe dominante.

Na segunda parte da nossa exposição, buscamos encontrar os elementos constituintes da consciência social nos processos históricos da formação do capitalismo brasileiro. Concluímos que a consciência social predominante da nossa formação social tem como pressuposto séculos de escravidão, de subjugação das mulheres e homens negros na produção das condições para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A determinação social da consciência: alienação, ideologia e consciência em Marx

As principais contribuições marxianas sobre a questão da consciência estão presentes nas formulações — em conjunto com Engels — acerca da concepção materialista da história. Ao passo que nossos autores desenvolvem a crítica ao idealismo alemão, desenvolvem também a concepção da história como produto dos homens em suas relações sociais. Tal concepção consiste “em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata” e em compreender as formas de intercâmbio engendradas por um determinado modo de produção, isto é, apreender a sociedade civil, em seus diferentes momentos, como o fundamento de toda a história. A partir dessa compreensão, explica-se as diferentes criações teóricas e, também, as formas de consciência.

A produção das representações dos sujeitos sociais, nesta perspectiva, está imediatamente “entrelaçada” com a produção material e com a conexão recíproca entre os homens. Nas palavras dos nossos autores: “A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (Marx; Engels, 2007, p. 94). Essa compreensão demarca a distinção substancial entre o idealismo hegeliano e o materialismo de Marx, tal como nosso autor destaca no seminal Prefácio de 1859:

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (Marx, 2008, p. 47, grifo nosso).

A consciência do “homem comum e corrente” apreende a atividade desempenhada pelos indivíduos no processo de produção da sua vida a partir da sua relação direta e imediata com as coisas. A consciência imediata é a primeira forma em que se manifesta a consciência dos indivíduos (Iasi, 2007).

Imerso na cotidianidade¹, esse homem capta somente o aspecto superficial das relações sociais que o produz. Marx, na Contribuição à crítica da economia política, ao delinear as primeiras formulações acerca do fetichismo da mercadoria, afirma:

Unicamente o hábito da vida cotidiana pode fazer aparecer como coisa banal e corrente o fato de que uma relação de produção revista a forma de um objeto, de maneira que as relações das pessoas em seu trabalho se manifestem como uma relação em que as coisas entrem em relações entre si e com as pessoas. Na mercadoria, essa confusão é ainda muito simples. Mais ou menos vagamente, todo o mundo suspeita que as relações entre as mercadorias, como valores de troca, são antes uma relação entre as pessoas em sua atividade produtora recíproca. Nas relações de produção mais elevadas, essa aparência de simplicidade desaparece. Todas as ilusões do sistema monetário provem de que não se vê que o dinheiro representa uma relação de produção social e que a realiza sob a forma de um objeto natural de propriedades determinadas (Marx, 2008, p. 60–61).

Em outras palavras: “na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la.” (Lukács, 2012, p. 294). Nesse primeiro momento de formação da consciência, a realidade é apreendida a partir da aparência das relações sociais de produção.

Mas, ainda que a consciência imediata corresponda à aparência das relações sociais, ela é constituinte da realidade, é a sua forma fenomênica, isto é, tal como se manifesta imediatamente. Corresponde ao modo como os homens estabelecem realmente a suas relações sociais. A realidade é a unidade entre o fenômeno (aparência) e essência (Kosic, 1969, p. 12):

[...] As figuras acabadas das relações econômicas, tal como se mostram na superfície, em sua existência real e, por conseguinte, também nas representações por meio das quais os portadores e os agentes dessas relações procuram obter uma consciência clara dessas mesmas relações, são muito distintas e, de fato, invertidas, antitéticas a sua figura medular interior — essencial, porém encoberta — e ao conceito que lhe corresponde (Marx, 2017, p. 245, grifo nosso).

¹ “A cotidianidade é o mundo fenomênico em que a realidade se manifesta de um certo modo e ao mesmo tempo se esconde” (Kosic, 1969, p. 72).

A forma superficial, imediata e fragmentada da aparência concreta da realidade esconde o substrato medular, isto é, a essência das relações que constituem e estruturam determinado modo de produção da vida. É esta forma mistificada — mistificada na medida em que expressa apenas a parte superficial da totalidade do processo social que engendra o movimento do real — a determinação a priori da consciência social. Se as representações dos indivíduos “põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência do seu modo limitado de atividade material e das suas relações sociais limitadas que daí derivam” (Marx; Engels, 2007, p. 94, grifo nosso). Marx, em seus artigos sobre O 18 Brumário, enfatizou a determinação social dos “modos de pensar e visões da vida”:

Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, para o qual eles fluem mediante a tradição e a educação, pode até imaginar que eles constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida da sua atuação (Marx, 2011, p. 60, grifo nosso).

As representações dos indivíduos são “uma expressão consciente — real ou ilusória — de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política”. Logo, a inversão que se expressa na consciência dos indivíduos corresponde a uma vida real invertida². É nesse sentido que para os autores

[...] se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como uma câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (Marx; Engels, 2007, p. 94, grifo nosso).

Portanto, “as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais” e, por isso, “a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam” (Marx; Engels, 2007, p. 94, grifo nosso).

No modo de produção capitalista, as relações sociais determinadas historicamente pelo processo de acumulação originária, produzem a constante separação dos homens do seu meio de trabalho, dos objetos do seu trabalho, do trabalho em si (o ato produtivo) e, também, do conjunto dos trabalhadores e logo, produz também uma consciência fragmentada e, portanto, alienada, da própria realidade. É o pressuposto e o modo pelo qual se reproduzem as relações capitalistas de produção. As quatro determinações do processo de alienação³ analisadas por Marx nos Manuscritos de 1844 — obra fundamental para compreender a teoria social de Marx e o fetichismo das relações sociais inerente ao

² Em 1843, na sua crítica a filosofia do direito de Hegel, Marx já esboça essa compreensão, ao afirmar que: “Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*” (Marx, 2010, p. 145).

³ Podemos extrair dos *Manuscritos de 1844* quatro determinações de Marx acerca do trabalho alienado: 1) a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, 2) a alienação do trabalhador no interior da produção, 3) a alienação do trabalhador do seu ser genérico e como consequência imediata desta última, 4) a alienação do homem em relação ao outro homem (Marx, 2015).

modo de produção capitalista — reafirmam-se na contemporaneidade em níveis cada vez mais complexos e profundos, ao ponto de alcançarmos a forma mais sem conceito do valor, o capital portador de juros, em que se apagam todos os resquícios da origem das formas sociais do valor no trabalho humano. A forma mais fetichizada da produção capitalista.

A incorporação da ideologia predominante não é uma opção por parte da classe trabalhadora e dos sujeitos sociais no geral, incluindo a própria burguesia. Do ponto de vista individual, deslocado da totalidade das relações históricas que compõem a realidade, o trabalhador recebe o equivalente ao tempo dedicado ao empregador. É uma relação contratual jurídica, estabelecida entre dois indivíduos livres. A consciência corresponde à forma como os sujeitos sociais enfrentam-se efetivamente no cotidiano das relações sociais. No contrato de trabalho não está explícito o processo histórico de separação do homem dos meios do seu trabalho que submete o trabalhador à única condição de vendedor da sua força de trabalho. O “modo de representação capitalista” conscientemente oculta as determinações históricas e essenciais das relações capitalistas no sentido de garantir a reprodução da dominação de classe.

Essa compreensão explica tanto a estreiteza da consciência social de determinado período como o potencial revolucionário em outros⁴ quanto nos momentos de crise, em que as contradições capitalistas se escancaram e os lampejos de consciência de classe que podem despertar a partir das rupturas e frestas que se desenvolvem no padrão de reprodução das relações de exploração e dominação.

A alienação e o fetichismo conformam as determinações nucleares da ideologia (Baldi, 2019, p. 632), compreendida neste trabalho, como a forma da consciência social onde imperam as relações alienadas e fetichizadas de produção capitalista, que em seu processo de reprodução, mobilizam e articulam a aparência concreta — porém, reificada — da realidade no sentido de justificar e reafirmar as relações de dominação, isto é, reproduz no âmbito da consciência a inversão real ocorrida na materialidade, na vida objetiva do trabalhador, e por isso, configura a consciência social de uma determinada época (Iasi, 2014):

Uma consciência social em uma sociedade dividida em classes antagônicas não pode ser a mera expressão das relações que conformam uma sociedade, mas a esta função se agrega outras dimensões essenciais: ocultamento/velamento, inversão, naturalização, justificativa e a apresentação do particular como se fosse universal. Sem estas dimensões o conceito marxiano de ideologia se esvazia. Uma consciência social que opera desta forma com a função de manter e reproduzir uma dominação de classe é, para Marx e Engels, uma ideologia (Iasi, 2014, p. 113, grifo nosso).

A ideologia expressa idealmente os interesses de uma determinada classe, a classe dominante e é, por isso, um instrumento de reprodução e dominação do capital e tem como fundamento a alienação e o fetichismo que encobrem o caráter social dos produtos das “mãos humanas”. Marx, enfatiza esse elemento ao afirmar que,

⁴ A exemplo das experiências da Primavera de 1848, Comuna de Paris e Revolução Russa.

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2007, p. 47, grifo nosso).

A consciência reificada, hegemônica no presente período histórico expressa as ideias da classe dominante que difundem seus valores, princípios, “modos de viver e de pensar” como universais, ainda que tais interesses de classe representem menos de 10%⁵ da população mundial – os proprietários dos meios de produção da vida material e espiritual – aparecem como a forma natural e comum da consciência de determinada época. Se as “[...] ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes”, explica o fato de a classe trabalhadora reproduzir os interesses, valores e ideias destoantes, contraditórias e antagônicas à sua condição de classe. A atuação ideológica do capital sobre a consciência da classe trabalhadora não é mera causalidade, o modo de produção capitalista é também um modo de produção e reprodução de representações, de ideias, de consciência.

O “modo de representação capitalista” (Grespan, 2019) mobiliza o conjunto de elementos econômicos, políticos, sociais e culturais da sociedade no sentido de justificar e reproduzir a dominação de classe. O retorno — ou a inflamação e expansão — do conjunto de práticas e ideários nazifascistas⁶ no capitalismo contemporâneo revela a forma como o capital, para reproduzir-se em escalas globais e enfrentar as suas crises cada vez mais frequentes, utiliza de formas políticas autoritárias, supremacistas, racistas, misóginas, LGBTfóbicas e essencialmente conservadoras, para legitimar sua dominação econômica, política e cultural.

A adesão de setores da classe trabalhadora aos projetos políticos antagônicos, de extermínio das organizações da classe trabalhadora e dos movimentos contestatórios das diferentes formas de exploração e opressão no modo de produção capitalista, tem suas raízes materiais e subjetivas fincadas nas relações sociais hegemônicas de cada período histórico. As relações sociais de produção capitalista desenvolveram-se ancorados na divisão eurocêntrica de raça, gênero e classe.

A divisão racial e sexual do trabalho é um dos pilares do modo de produção capitalista a nível mundial. A concepção de família burguesa universalizada como a “família natural” — patriarcal, heteronormativa e predominantemente branca — é um dos núcleos celulares

⁵ Os 10% mais ricos da população global controlam 76% da riqueza mundial em 2021, de acordo com o Relatório Mundial sobre as Desigualdades para 2022. Em contraste, os 50% mais pobres possuem apenas 2%. Os 40% médios, por sua vez, possuem 22% (World Inequality Database, 2025).

⁶ “O parentesco ideológico do neofascismo global continua, entretanto, com suas afinidades supremacistas brancas, de machismo militarista, de pregação do extermínio de adversários e de grupos sociais estigmatizados e de defesa do privatismo contra qualquer tipo de reforma social distributivista ou compensatória” (Carneiro, 2018, p. 11).

de reprodução e manutenção da ordem social do capital e por isso, em tempos de crise do capital, este último, precisa reafirmar em todas as dimensões da vida social a sua dominação econômica, ideológica e cultural. A família é o “local historicamente mais constante de produção da força de trabalho” (Battacharya, 2022), em suas dimensões fisiológicas, emocionais, educacionais, culturais etc. A reafirmação da dominação capitalista perpassa pela reatualização dos valores, costumes, formas de ser e pensar, condizentes com os interesses da classe dominante, não à toa, “Deus, família e pátria” são os norteadores ideológicos da propaganda e agitação fascista.

A teoria da reprodução social, riquíssima contribuição do movimento feminista para o pensamento marxista e para a compreensão da relação entre opressão e exploração, demonstra como a produção da vida material no modo de produção capitalista inclui — como em todas as formas sociais de produção e é, portanto, o fundamento delas — a produção e reprodução dos seres humanos. O trabalho de reprodução social realizado historicamente pelas mulheres de cozinhar, lavar, cuidar das crianças, idosos e enfermos, limpeza entre outras ações orientadas a satisfazer as necessidades básicas, físicas e emocionais, do “estômago ou da imaginação”, são partes constituintes dos processos de reprodução da força de trabalho, porém, estrategicamente, compreendidos como “assuntos do âmbito privado” do trabalhador, alheio à produção de capital, enquanto na essência o trabalho doméstico não pago é funcional e necessário para o modo de produção capitalista.

Cabe destacar que as condições de produção capitalista, a formação da classe trabalhadora e a propriedade privada dos meios de produção, desenvolvem-se de forma combinada e desigual e considera as particularidades históricas, sociais e econômicas de cada região ou época social. Consequentemente, a consciência social predominante em determinado período histórico, em determinado país ou continente, revela as relações de produção e reprodução que a originam. Vejamos como a formação social brasileira fornece as condições objetivas do desenvolvimento da consciência social predominante na formação social brasileira.

Classe, raça e gênero na formação social brasileira

Na formação social brasileira, os contornos da questão racial e sexual na reprodução do capital, demonstram como o modo de produção capitalista articula as estruturas de dominação e opressão comuns às formações históricas anteriores e as incorpora na constituição das condições de exploração e dominação da classe trabalhadora. Vejamos mais de perto os desdobramentos da trama histórica, social e econômica que moldam as representações dos sujeitos sociais na realidade brasileira.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil possui suas origens marcada pelo caráter colonial e escravista predominante durante 388 anos após a desapropriação sangrenta do território brasileiro pelos portugueses em 1500. A colonização das américas propiciou as condições para o processo denominado por Marx de “acumulação originária” (Marx, 2017), segundo a análise de Quijano,

Só com a América pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial. Somente desse modo o capital

transformou-se no modo de produção dominante. Assim, o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América. A partir desse momento, o capital sempre existiu e continua existindo hoje em dia só como o eixo central do capitalismo, não de maneira separada, muito menos isolada. Nunca foi predominante de outro modo, em escala mundial e global, e com toda probabilidade não teria podido desenvolver-se de outro modo (Quijano, 2005, p. 126).

As bases históricas do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil só podem se sustentar por meio da escravização e do genocídio de negros e indígenas. Como enfatiza Abdias Nascimento (1978, p. 49), no clássico *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um Racismo Mascarado*: o “africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia”.

Desse modo, as origens histórico-processuais da acumulação capitalista no Brasil foram marcadas pela violência ostensiva e sistemática dos senhores, primeiro contra os povos originários e, em seguida, contra as pessoas negras escravizadas, deixando marcas profundas no *modus operandi* do capitalismo brasileiro até nossos dias.

Ordenado o colonialismo, através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas reuniões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham a multidão de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos construíram, estruturaram e dinamizaram (Moura, 2023, p. 66).

Foi a luta de classes entre o senhor e o escravo que dinamizou a história do Brasil colonial e, por conseguinte, forneceu as bases sociais para o desenvolvimento da acumulação primitiva nas terras brasileiras (Moura, 1983). O processo de escravização de pessoas negras determinou todo o processo de entificação capitalista brasileiro, de tal modo, que o racismo se constituiu enquanto expediente sistemático da dominação burguesa no país e segue ainda hoje como determinação relevante para a compreensão do quadro brasileiro.

Assim como Moura (1983, p. 124, grifos nossos), compreendemos que no Brasil escravista o “cativo passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade”. Tal era a dimensão da opressão dos senhores sobre as pessoas negras escravizadas. Nessas condições, na contramão daquelas leituras que consideram as pessoas negras escravizadas passivas diante de sua escravização pelos senhores brancos, compreendemos que, de fato, a “rehumanização” das pessoas escravizadas “só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação consequente como escravo”. Por seu turno, o “branco senhor de escravos era o homem sem devir porque não deseja a mudança em nenhum dos níveis da sociedade”, era o “exemplo do homem alienado”. Desse modo, compreendemos que os “quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmação do ethos do nosso país”. Como enfatiza nosso autor:

Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente (Moura, 1983, p. 124).

O “passado” colonial e escravista, subordinado ao desenvolvimento mundial do modo de produção capitalista, produziu as determinações centrais do movimento de expansão das relações sociais de produção capitalista no país: opera-se o pacto conservador que possibilita o desenvolvimento do capitalismo de forma a conciliar a manutenção das relações de dominação características do colonialismo com a introdução das relações próprias e necessárias à produção capitalista a nível nacional. A esse processo, Florestan Fernandes (1976) denomina de “modernização conservadora”:

O Estado nacional que operou entre 1822 e 1889 já expressava alguns traços da formação social brasileira e do padrão de intervenção do Estado nacional: os pactos conciliatórios pelo alto, o processo de modernização conservadora, a exclusão permanente das Massas nas tomadas de decisões políticas, um Estado altamente repressor que via na população negra o seu inimigo principal (FERNANDES, 2020). É esse padrão de intervenção pública do Estado nacional que vem desde a Independência e que se consolidou no país, que vai mudando as roupagens, mas a essência é a mesma. Desde então as grandes mudanças econômicas e políticas se tratou de feitos protagonizados por uma classe dominante racista, conservadora e impermeável às demandas populares, que utiliza o Estado a seu bel prazer (Corato, 2022, p. 153).

A inserção periférica e dependente do Brasil na dinâmica capitalista mundial ocorre de modo a conservar os interesses da classe dominante do período colonial, os proprietários de terras e de pessoas escravizadas, e conciliação com os interesses da burguesia nascente, constituindo os limites da revolução burguesa no Brasil. A burguesia brasileira, “débil e frágil”, foi “incapaz de liderar um processo revolucionário independente”, uma revolução “clássica” que rompesse com as estruturas do modo de produção anterior. Na realidade latino-americana, a descolonização nunca pode ser completa, porque o “complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira” (Fernandes, 1975, p. 52).

O pacto conservador necessário à transição para o capitalismo no país possibilitou a manutenção do caráter antipopular e racista do período colonial: as estruturas de poder político e econômicas concentradas nas mãos das classes dominantes — oligarquia agrária e burguesia e a permanente exclusão das camadas populares dos processos decisórios (Fernandes, 1976). No que se refere à população negra recém liberta,

[...] entrou na composição da incipiente classe trabalhadora livre para vender a sua força de trabalho em desvantagem, visto que permanecera sem terra, sem teto, sem garantia ao alimento, menos ainda educação escolar, sem recursos de nenhum tipo, ou quaisquer outros incentivos e/ou reparações socioeconômicas. Foi esse tipo de transição do trabalho escravizado ao trabalho livre e assalariado que, além de selar a desigualdade social já existente entre as classes sociais (escravizadas/os e senhores de terras), produz também a desigualdade racial e sexual, o que possibilita a trágica conjugação entre ser negra/o, equivale, igualmente, a ser pobre nesse país (Corato, 2022, p. 154).

Esses senhores, trataram não somente de eliminar as provas do verdadeiro genocídio da população negra e indígena promovido ao longo de quatro séculos de escravidão, por meio da queima de documentos (Nascimento, 1978), mas, também, de “entrar em entendimentos com países europeus para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca”. A segregação no acesso ao mercado de trabalho pós-abolição demarca a perpetuação da divisão racial do trabalho de tipo escravista no interior do modo de produção capitalista:

As classes dominantes do Império, que se transformaram de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos controladores da luta de classes dessas camadas de ex-escravos. Mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais de uma economia de capitalismo dependente. As classes dominantes necessitavam para manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que-ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o *lupenproletariat*, mas transcende a essas duas categorias. E uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez neste sentido, enquanto se vai buscar, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: o branco (Moura, 1983, p. 133).

O processo de formação do mercado de trabalho brasileiro parte de uma situação na qual o colonizador português havia estabelecido um “mecanismo neutralizador da consciência étnica do negro através de uma verbalização democrática” (Moura, 1983). Tal estado de coisas contribuiu para que “grandes segmentos negros, tendo introjetado está ideologia do colonizador, procurasse passar por brancos, ou, promover-se na escala cromática que o colonizador estabeleceu, tendo como modelo superior a ser alcançado o branco”. Desse modo, a “política fenotípica” posta em prática historicamente pelas classes dominantes brasileiras “procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros fujam das suas origens, procurando assimilar a escala de valores e padrões dos brancos” (Moura, 1983, p. 133).

O mito da superioridade branca, a mola propulsora e justificadora da colonização e escravização dos “povos inferiores”, fundada “cientificamente” e “racionalmente” pelos colonizadores europeus, reatualiza-se e perpetua-se, na divisão racial e sexual do trabalho na formação do capitalismo brasileiro. No mesmo sentido, Moura (1983, p. 126–127) enfatiza que as instituições estabelecidas no período pós-abolição atuaram no sentido de “esvaziar o Negro como ser, situando-o como inferior biológica, estética e culturalmente”.

É nesse momento que passa a operar na sociedade brasileira a ideologia do branqueamento que, segundo Moura (1983, p. 126), “nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir de sua autoanálise”. Para Lélia Gonzáles, a ideologia do branqueamento é a forma ideológica mais eficaz do racismo latino-americano:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculadas pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são únicos e universais (Gonzáles, 2020, p. 131)

Em conexão com a perspectiva do branqueamento promovida deliberadamente pelo Estado brasileiro, as classes dominantes procuraram apagar a participação ativa do negro na história brasileira, de modo que houve à “base de especulações intelectuais, frequentemente com o apoio das chamadas ciências históricas” a criação no Brasil do “conceito da democracia racial”. Tal conceito consiste na afirmação de que no Brasil “pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas” (Nascimento, 1978, p. 41).

O mito da democracia racial articulado com a ideologia do branqueamento foi uma política consciente das classes dominantes de apresentar um país de relações sociais harmônicas, sem conflitos raciais, de classe e de gênero; o mito da democracia racial foi um conjunto de práticas institucionalizadas de ocultamento da condição social dos negros e negras e exclusão destes dos processos políticos, econômicos e culturais do país capitalista em formação (Gonzáles, 2020). Trata-se de um expediente da classe dominante brasileira que contribuiu historicamente para impedir que a maioria de nossa classe trabalhadora reconheça o seu passado histórico de luta e se inspire para levar adiante as lutas do seu tempo.

O caráter mítico da suposta democracia racial brasileira, se “expõe para quem quiser ver” no fato de que “só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais”, qual seja, o “branco”. Foram os brancos, primeiro na condição de senhores de pessoas negras escravizadas, e em seguida de burguesia dependente superexploradora, que controlaram historicamente os “meios de disseminar as informações; o aparelho educacional”, e por conseguinte, o processo de formulação dos “conceitos” e “valores” dominantes na formação econômico-social brasileira (Nascimento, 1978, p. 46).

Nascimento (1978, p. 46) reforça que desde os “primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o *privilegio de decidir* tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da ‘democracia racial’”. Desse modo, a atuação institucional do Estado nacional brasileiro levantou-se historicamente como importante obstáculo a ser superado pelos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores negros que se desenvolveram no pós-abolição.

O caráter antipopular, autoritário, racista e patriarcal reatualizado pelo pacto conservador de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, procurou de formas distintas, obstaculizar e reprimir as formas de organização e resistência da classe trabalhadora em sua diversidade étnico-racial e sexual. A exclusão das camadas populares dos processos políticos e econômicos de decisão foi viabilizada pela sequência de regimes ditatoriais e pela

hipertrofia do aparelho repressivo do Estado que enfrentou as contradições do modo de produção capitalista pela via predominantemente da repressão apoiada na cooptação⁷.

Isso não significa a ausência de lutas e organizações expressivas da classe trabalhadora. Pelo contrário, conforme afirma Braz,

Este passivo histórico fez das lutas da classe trabalhadora brasileira algo quase heroico. O pouco que se conquistou de direitos neste país se deu mesmo diante de classes dominantes quase sempre avessas ao estabelecimento de padrões civilizatórios mínimos nas relações de trabalho e, permanentemente, voltadas para a obtenção de vantagens do Estado, que tomam para si pela via do patrimonialismo ou do clientelismo. Os direitos no capitalismo são importantes, mas, como vimos, circunscritos aos limites da emancipação política, que, no caso do Brasil se deparam com limitações ainda mais profundas, porque não experimentamos aqui um modelo de revolução burguesa clássica e, em decorrência, sofremos as consequências do caráter dependente, subordinado e associado do nosso desenvolvimento (Braz, 2022, p. 20).

No presente tempo histórico, a participação das pessoas pretas, dos indígenas, das mulheres e dos grupos socialmente discriminados dos espaços políticos de decisão é também elemento constituinte da sustentação da dominação de classe no Brasil. As mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro, 52% e ainda assim, a minoria nas candidaturas (34%), principalmente, para os cargos majoritários. No que diz respeito à raça, apenas 14,12% são mulheres negras (TSE, 2023).

A gênese e o desenvolvimento da sociedade brasileira possuem dentre seus fundamentos a quebra do homem e da mulher negra, tanto física, quanto espiritualmente. Foram as mulheres e homens negros que plantaram e colheram a “riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca” (Nascimento, 1978, p. 46).

A falsa integração dos homens negros e das mulheres negras no modo de produção capitalista, ou mais precisamente, a sua integração precária e “marginal” no mercado de trabalho, no acesso aos direitos sociais e políticos básicos – educação, saúde, habitação e etc., a reprodução de papéis herdados do “passado” escravocrata, como por exemplo, condição da mulher negra e a sua inserção na venda da força de trabalho a partir da “prestação de serviços domésticos nas dependências das famílias de classe média branca”. conformam o “conjunto de práticas e construções ideológicas” (Gonzáles, 2020) do racismo e sexismo no Brasil, sua perpetuação e reatualização nos distintos períodos históricos da formação social brasileira.

Considerações finais

Na introdução deste trabalho partimos do seguinte questionamento: O que explica a adesão a um programa político que na sua essência contraria os interesses de classe de parcela do eleitorado brasileiro? Procuramos demonstrar que, para Marx, a consciência é

⁷ “Esse traço antidemocrático da modernização política e econômica se expressava pela conciliação entre os interesses econômicos das frações das classes dominantes, pela mediação do poder estatal e pela exclusão das forças populares, que se dava seja pela via da repressão, seja pela cooptação. Assim, todas as opções ligadas ao nosso processo de transição ao capitalismo foram construídas “pelo alto”, de forma elitista e antipopular” (Duriguetto; Souza; Silva, 2009, p. 14).

produto das relações sociais, ou seja, a consciência é forjada pelas condições concretas de produção e reprodução da vida humana sob a terra. O racismo, o machismo, a LGBTfobia e outras formas de opressão, são um conjunto de práticas sociais e ideológicas que estruturam a formação do capitalismo brasileiro.

O apagamento histórico do caráter étnico racial e de gênero das relações de classe no Brasil, torna esse resgate extremamente necessário para um marxismo que busca compreender a realidade em seu movimento concreto. A reflexão desenvolvida tem como objetivo destacar a determinação social da consciência: são as relações sociais que determinam a consciência e não o contrário. É “natural” que um mundo distorcido forje consciências distorcidas, parafraseando Marx.

A relação entre classe, raça e gênero na formação social brasileira reafirma-se na contemporaneidade e expõe os alicerces da divisão sexual e racial do trabalho pautado na supremacia étnico racial e de gênero do homem branco, desde a opressão aos povos originários até as manifestações recentes do genocídio da juventude negra nas favelas do país.

Ao olharmos para a história do Brasil, não há de nos espantarmos com o fato do candidato alinhado aos valores da extrema-direita, Jair Bolsonaro⁸, em 2022, representar 58.206.354 brasileiros e brasileiras, capitalistas e trabalhadores, brancos, negros e pardos. As variações de classe, raça, gênero, sexualidade, regionais, certamente, revelam o perfil da base bolsonarista, predominantemente masculina, heteronormativa, branca e de classe média, contudo, engana-se o observador que deriva deste perfil predominante a compreensão de que o bolsonarismo não penetra na representação de trabalhadores, negros, mulheres e LGBTs. A ascensão da extrema-direita como movimento de massas, com a adesão de parcelas expressivas da classe trabalhadora, pode ser compreendida à luz das características autocráticas forjadas pelo pacto conservador que sustenta as bases econômicas, sociais e políticas da formação social brasileira.

Compreendemos que a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, formulados pelo movimento negro e por suas expressões intelectuais, como Lélia Gonzalez, Clóvis Moura e Abdias do Nascimento, são categorias que nos permitem investigar a relação entre a consciência social predominante na representação das classes sociais e os elementos determinantes da formação social brasileira, marcada pelo caráter racista, sexista, antipopular e antidemocrático do desenvolvimento e da consolidação do modo de produção capitalista no País.

Referências

BHATTACHARYA, Tithi. Como não deixar a classe de lado: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. In: MACHADO, Bárbara A.; SOUZA, Flávia F. de (org.).

⁸ “O conteúdo de suas declarações, nas últimas décadas, como deputado, na campanha eleitoral e, a partir de 2019, no exercício da presidência, envolve todo o tipo de elogio da violência, especialmente a violência da polícia e dos «cidadãos de bem» contra os «bandidos», mas incluindo também a apologia à tortura e à ditadura militar, com fortes doses de misoginia, LGBTfobia, racismo e xenofobia.” (Mattos, 2022, p. 26).

Gênero, Raça e Reprodução social: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora. São Paulo: Usina Editorial, 2022.

CORATO, Carmem. **Capitalismo, racismo e conservadorismo:** análise crítica das particularidades da formação social brasileira. 2022. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2022.

CARNEIRO, Henrique S. As raízes do neofascismo no século XXI [Introdução]. In: TROTSKY, Leon. **Como esmagar o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

DURIGUETTO, M. L.; SOUZA, A. R; SILVA, K. N. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálýsis**, Florianópolis v. 12, n. 1, p. 13–21 jan./jun. 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vv5gPwkG7hr8czqp3YcyHMk/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

IASI, Mauro L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro L. “Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais”. In: Marcos Del Roio (org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília SP: Cultura Acadêmica, 2014. v. 1. p. 95–124.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRESPLAN, Jorge. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MATTOS, Marcelo B. **Governo Bolsonaro:** Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. In: **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**: 2022, pp. 025-039.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política:** Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação I. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 50, p. 61–73, jan./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/lv27i50.69808>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/lv/article/view/69808>. Acesso em: 21 jun. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: LANDER, Edgardo (org.). **Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005. (Colección Sur Sur)

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita: a vingança dos bastardos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **21 Dias de Ativismo**: sub-representatividade feminina no poder traduz peso da violência política contra a mulher. TSE, Notícias, dez. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Dezembro/21-dias-de-ativismo-sub-representatividade-feminina-no-poder-traduz-peso-da-violencia-politica-contr-a-mulher>. Acesso em: 02 mar. 2025.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **Wealth inequality in the world**. 2025. Disponível em: <https://wid.world>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Submetido em: 3/3/2025

Aceito em: 16/5/2025